

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Núcleo de Promoção de Políticas Especiais de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)		
Data: 10.06.2025	Horário: 18h	Local: On-line (Microsoft TEAMS)	
PAUTA: Definições finais sobre o Fluxo de Tornozeleiras Eletrônicas			ATA DE REUNIÃO Nº 37/2025

Estiverem presentes na reunião:

1. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membra da COEM**);
2. Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto (**Presidência/TJRJ e Membra da COEM**);
3. Giulia G. Luz Machado (**SEM/RJ - Superintendente**);
4. Jacqueline Leite Vianna Campos (**NUPEVID**) e
5. Soyanni Silva Alves (**NUPEVID**).

A **Juíza Elen de Freitas Barbosa**, Membra da COEM, abre os trabalhos às 18h08m e agradece a participação de todas na presente reunião, cujo objetivo é continuar as tratativas para o alinhamento do fluxo de tornozeleiras eletrônicas.

Com a palavra, a **Senhora Jacqueline Leite Vianna Campos (Coordenadora do NUPEVID)** explana que o agendamento desta reunião se deu em razão do encontro ocorrido entre o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Desembargador Ricardo Couto de Castro, a Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), Desembargadora Adriana Ramos de Mello, e a Juíza Auxiliar da Presidência do TJRJ, Dra. Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto, também presente nesta reunião, por conta do fluxo das tornozeleiras eletrônicas; e apresenta a Senhora Giulia Luz Machado, representante da Secretaria das Mulheres, que está capitaneando todo esse processo e organizando o fluxo a ser implementado.

A **Senhora Giulia Luz (SEM/RJ - Superintendente)** explica que o redesenho do fluxo das tornozeleiras eletrônicas foi elaborado a partir das informações compartilhadas na última reunião realizada com o Desembargador Ricardo Couto de Castro e a Desembargadora Adriana Ramos de Mello, objetivando capilarizar esse fluxo no Estado do

Rio de Janeiro, a partir dos Fóruns e dos Policiais Militares cedidos, e tendo como projeto-piloto o Município de Três Rios. Ressalta, ainda, que essa delineação está respeitando as atribuições de cada um dos órgãos participantes e observando os propósitos do Ministério Público, da Delegacia Especializada, da Patrulha Maria da Penha, da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Continuando, comunica que, nesse momento, o mais importante seria identificar alguma ponta solta para que haja o devido alinhamento, pois, uma vez firmado o desenho final, o próximo passo será a confecção da minuta do acordo de cooperação técnica à luz da consolidação do fluxo.

A **Magistrada Elen Barbosa** elucida que o principal, no acordo, é os Fóruns funcionarem como local de instalação da tornozeleira eletrônica para os agressores e de entrega do botão do pânico para as vítimas. Pela delineação do fluxo, os policiais militares do convênio, treinados pela SEAP, fariam a instalação e/ou entrega dos dispositivos de segurança.

No ensejo, indaga à **Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto (Presidência/TJRJ e Membro da COEM)** se esse fluxo seria possível.

A **Juíza Alessandra Bilac** esclarece que ainda não conversou com o Coronel Matias (Secretário-Geral de Segurança Institucional - SGSEI/TJRJ) a respeito, mas entende que não haverá problema, sendo possível prosseguir com o formato desenhado.

A **Juíza Elen Barbosa** aclara que, a princípio, não há nenhum empecilho e que o Presidente do TJRJ, inclusive, já conversou com o Comandante da Polícia Militar.

Ato contínuo, pergunta à Juíza Auxiliar da Presidência acerca da participação da 2ª Vice-Presidência (TJRJ) no acordo de cooperação técnica.

A **Juíza Alessandra Bilac** sugere que a Desembargadora Adriana Ramos de Mello converse com a Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes (2ª Vice-Presidente) para que não haja nenhum tipo de constrangimento.

Complementando, a **Magistrada Elen Barbosa** sinaliza que está com um procedimento na 2ª Vice-Presidência, pois não estaria cumprindo o Ato firmado com a SEAP referente à instalação da tornozeleira eletrônica, uma vez que já determina que a colocação do dispositivo de segurança seja feita dentro do presídio, o que só passará a acontecer com a concretização do novo fluxo.

Em relação a essa questão, a **Juíza Alessandra Bilac** menciona que encontrará com a Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes e adiantará o assunto, noticiando que a COEM junto com a Secretaria Estadual da Mulher está desenhando um fluxo relativo à colocação da tornozeleira eletrônica, e que o Presidente do TJRJ já fez uma reunião com a Deputada Federal Soraya Santos para tratar desse assunto.

Na oportunidade, a **Juíza Elen Barbosa** acrescenta que, como resposta ao procedimento instaurado pela 2ª Vice-Presidência, relatou que um novo fluxo estava sendo articulado diante das dificuldades enfrentadas, principalmente, no Interior, no que diz respeito à instalação efetiva das tornozeleiras eletrônicas.

A Superintendente de Enfrentamento às Violências da SEM/RJ pontua a questão da Internet e da disponibilidade de notebook, nos Fóruns, para que haja uma garantia de estrutura e um bom funcionamento.

Sobre a instalação e/ou entrega dos dispositivos de segurança, a **Juíza Alessandra Bilac** enuncia que ficou acordado que seriam feitas na sala da direção do Fórum.

Com a palavra, a **Senhora Jacqueline Campos** indaga à **Senhora Giulia Luz** quais seriam as atribuições do Tribunal de Justiça no acordo de cooperação técnica.

A **Senhora Giulia Luz** informa acerca dessas atribuições: espaço, computador e acesso à Internet. A capacitação dos Policiais Militares ficará a cargo da SEAP.

Prosseguindo, narra que dará uma última revisada no fluxo a partir desta reunião, iniciará a elaboração do acordo de cooperação técnica e, na sexta-feira, apresentará o termo finalizado.

A **Senhora Jacqueline Campos** concorda e solicita o envio do plano de trabalho para que possa ser submetido à Desembargadora Adriana Ramos de Mello, à Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto, ao Desembargador Ricardo Couto de Castro e, se for o caso, à Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes.

Ainda que o acordo de cooperação não esteja finalizado, a Superintendente de Enfrentamento às Violências da SEM/RJ expõe que seria recomendável a previsão de uma data para o início do projeto-piloto, no Município de Três Rios.

A Coordenadora do NUPEVID sugere que a capacitação dos Policiais Militares ocorra no mês de julho/2025 e a implementação do projeto-piloto, em agosto/2025.

A **Senhora Giulia Luz** avisa que alinhará tais prazos com a SEAP.

Quanto aos Policiais Militares, a **Senhora Jacqueline Campos** questiona a **Juíza Alessandra Bilac** sobre o quantitativo desses policiais, uma vez que o projeto expandirá para todo o Estado do Rio de Janeiro.

A **Magistrada** expende que um policial por Fórum será suficiente, realizando-se a proposta, apenas, no Interior.

A **Juíza Elen Barbosa** clarifica que o fluxo prevê que, nos presos, a instalação da tornozeleira será feita no presídio, diminuindo bastante a quantidade de instalações realizadas nos Fóruns onde, considera que basicamente, ocorrerá a entrega do botão de emergência.

Na conjuntura, indaga à **Senhora Giulia Luz** se haveria a possibilidade da instalação de tornozeleira, no presídio, já começar a valer a partir da próxima semana.

A Superintendente de Enfrentamento às Violências da SEM/RJ diz que conversará com a Secretária de Administração Penitenciária, Senhora Maria Rosa Lo Duca Nebel, que está bem sensibilizada ao novo modelo de fluxo.

Dando continuidade, a **Magistrada Elen Barbosa** relata que vários(as) Juízes(as) do Interior estão enviando e-mail para a COEM, solicitando a prática do novo fluxo e/ou informações atinentes.

Atualmente, a instalação é feita em quatro pontos: Cidade do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes e São Gonçalo. No Rio, o preso, após ser solto, tem que ir até a Central do Brasil para instalar a tornozeleira eletrônica.

Seguindo o novo modelo de fluxo, a **Senhora Giulia Luz** narra que a mulher também poderá pegar o botão do pânico, no Fórum, desde que em horário diverso da instalação da tornozeleira.

Relativamente ao treinamento dos policiais, a **Juíza Elen Barbosa** sugere que, pelo menos, dois sejam capacitados, pois, na ausência de um deles (férias, licença etc.), haverá a possibilidade de substituição.

A **Juíza Alessandra Bilac** declara que, na Capital, se a tornozeleira começar a ser colocada no presídio, facilitará muito, porque, antes de ser solto, o agressor já receberia a tornozeleira; e a vítima pegaria o botão do pânico, por ora, na Central do Brasil.

A **Senhora Giulia Luz** comunica que, hoje, o combinado, até por uma questão de logística e de segurança dos equipamentos, foi que o Fórum seria o local mais seguro e que garantiria a capilaridade de acesso para as mulheres na busca do botão do pânico e a colocação da tornozeleira eletrônica para os homens.

A **Senhora Jacqueline Campos** propõe a composição de um cronograma com os Municípios, cuja implementação do novo modelo de fluxo é precípua, que deverá ser submetido à aprovação da COEM.

A Juíza Auxiliar da Presidência enfatiza que o ideal seria iniciar o exercício do fluxo nos locais onde os(as) Juízes(as) integrem a Coordenadoria Estadual da Mulher para que haja uma melhor adesão.

Acerca da estatística relativa à instalação de tornozeleiras, a Coordenadora do NUPEVID afirma ser ínfima, provavelmente, pelo fato dos(as) Juízes(as) já saberem das dificuldades, e não decidirem nesse sentido, mas acredita-se, com a materialização e a divulgação do novo fluxo, que o volume cresça.

Por fim, a **Juíza Elen Barbosa** questiona a **Senhora Giulia Luz** quanto à resposta sobre o treinamento e a possibilidade da instalação de tornozeleira, no presídio, já começar a valer a partir da próxima semana.

A Superintendente de Enfrentamento às Violências da SEM/RJ articula que o retorno dessas questões será dado, na próxima sexta-feira, uma vez que conversará com as Secretárias Heloisa Aguiar (SEM) e Maria Rosa Nebel (SEAP), e que alinhará os documentos para apresentar uma primeira versão do acordo de cooperação técnica e do cronograma das capacitações.

Nada mais a ser tratado, a **Magistrada Elen de Freitas Barbosa** encerra a reunião às **18h30m**.

Juíza Elen de Freitas Barbosa
(Membra da COEM)